



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**\*PROJETO DE LEI N.º 3.275, DE 2021**  
**(Do Sr. Jhonatan de Jesus)**

Exclui da Área Indígena São Marcos a área urbana da sede do Município de Pacaraima (RR).

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

AMAZÔNIA E POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS; E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

(\*) Atualizado em 16/03/2023 em virtude de novo despacho.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2021 (Do Sr. Jhonatan de Jesus)

Exclui da Área Indígena São Marcos a área urbana da sede do Município de Pacaraima (RR).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É excluída da Área Indígena São Marcos, homologada pelo Decreto nº 312, de 29 de outubro de 1991, a área urbana da sede do Município de Pacaraima (RR).

Art. 2º O Poder Executivo Federal realizará, em até 180 (cento e oitenta) dias contados da entrada em vigor desta Lei, a identificação e a demarcação da área urbana municipal referida no art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Na demarcação da Terra Indígena São Marcos, em Roraima, registra-se um lapso crucial pelo qual o Poder Executivo Federal violou a integridade de um outro ente federativo: o Município de Pacaraima, com a sua constituição política e os seus habitantes afetados diretamente.

Os atos regulamentares e declaratórios do Poder Executivo, por si só, não substituem as leis e a elas se subordinam. A garantia dos direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, justamente prevista no texto constitucional, reserva ao Poder Executivo a competência de identificar e demarcar as terras indígenas. No entanto, consumir a existência e a própria constituição de um outro ente federativo não está no alcance de suas competências.

Ao aprovar a demarcação dessa Terra Indígena com a inclusão da área total onde está sediado o município, houve a limitação indiscutível dos direitos e das atividades de não indígenas, a ponto de tornar inviável a existência regular do



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jhonatan de Jesus  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216774857500>



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

município, inclusive enquanto ente político. Não entendemos que se trate de um mero conflito de interesses, pois o município precede a homologação da terra indígena. A harmonia entre os entes da Federação é absolutamente incompatível com ato que viole o direito à existência de qualquer um deles. Dado o conflito entre os direitos dos povos indígenas e do ente da Federação, não é admissível que qualquer dos valores constitucionais pertinentes seja sacrificado de modo absoluto, pois não pode a Constituição servir como instrumento para sua negação, devendo ser buscado um ponto de equilíbrio justo entre os polos aparentemente opostos.

O projeto de lei, que ora apresento, tem em seu escopo a harmonia e a razoabilidade e busca, em situação idêntica, solução que contemple os dois lados da contenda: traz em seus fundamentos a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal quando da Demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que determinou a expressa exclusão dos limites da sede urbana do município do Uiramutã da área indígena então em processo de demarcação. Há que se destacar que somente a parcela da sede urbana foi retirada da área destinada a uso exclusivo dos indígenas. No caso apresentado, o conflito foi pacificado. Ressalta-se que ambas as situações tratam de municípios e terras indígenas pertencentes ao estado de Roraima.

Nesse sentido, a presente proposição prevê exatamente a solução encontrada pelo STF naquela ocasião: a retirada dos estritos limites da sede urbana do município de Pacaraima da área demarcada como Terra Indígena São Marcos.

Diante do exposto, o presente projeto de lei vem dar solução à controvérsia federativa, com o objetivo de pacificar o conflito de direitos, de maneira equilibrada e razoável, para permitir a coexistência do Município de Pacaraima e da Terra Indígena São Marcos, razão pela qual solicito o apoio dos nobres pares à proposição ora apresentada.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2021

JHONATAN DE JESUS  
Deputado Federal  
Republicanos/RR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jhonatan de Jesus  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216774857500>



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**DECRETO Nº 312, DE 29 DE OUTUBRO DE 1991**

Homologa a demarcação administrativa da área indígena São Marcos, no Estado de Roraima.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84 inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologada, para os efeitos do art. 231 da Constituição Federal, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI da Área Indígena São Marcos, localizada no Município de Boa Vista, Estado de Roraima, caracterizada como de ocupação tradicional e permanente indígena, com superfície de 654.110,0998ha (seiscentos e cinquenta e quatro mil e cento e dez hectares, nove ares e noventa e oito centiares) e perímetro de 648.926,30m (seiscentos e quarenta oito mil e novecentos e vinte e seis metros e trinta centímetros).

Art. 2º. A área indígena de que trata este decreto tem a seguinte delimitação: desenvolve-se a partir da confluência (barra) do Rio Tacutú com o Rio Uraricoera, local este onde foi determinado o Meridiano Verdadeiro e implantado o Marco Zero (0), sendo este de cimento. Segue daí pela margem direita do Rio Tacutú acima até sua confluência com o Rio Surumú, onde foi colocado o Marco 1 de cimento, numa extensão de 52.396,87 metros. Segue do Marco 1 pelo Rio Surumú acima até sua confluência com o Rio Miang, onde foi colocado o Marco 2 de cimento, numa extensão de 179.831,24m. Segue o Marco 2 pelo Rio Miang acima até sua cabeceira onde foi cravado o Marco de cimento 3, numa extensão de 87.475,85 metros. Segue do Marco 3 pela divisa Brasil-Venezuela numa extensão de 3.211,46m, até o Marco 4 localizado à margem direita da BR-174 e na divisa Brasil-Venezuela. Segue do Marco 4 por uma linha reta com o rumo de 07°00'13"SE e com 1.334,65m até o Marco 5; Segue daí com o rumo de 63°24'00"SW e com 1.755m até o Marco 6. Segue do Marco 6 com o rumo de 26°01'30"NW e com 3.912,58m até o Marco 7, segue daí com o rumo de 63°35'58"NE e com 1.488,84m até o Marco 8, localizado na divisa Brasil-Venezuela. Do Marco 4 ao Marco 8 divide com uma Área do Exército. Segue do Marco 8 pela divisa Brasil-Venezuela até o Marco 9, numa extensão de 57.454,76m. Segue do Marco 9, por uma linha reta e seca com a distância e rumo de 68°13'36"SE e 21.365,85m, o Marco 10 está localizado na cabeceira do Rio Parimé. Segue do Marco 10 pelo Rio Parimé abaixo, pela sua margem esquerda até sua confluência com o Rio Uraricoera, numa extensão de 191.971,58m, onde se localiza o Marco 11. Segue do Marco 11 pelo Rio Uraricoera abaixo até sua confluência com o Rio Tucutú, numa extensão de 46.727,62m, até o Marco Zero (0), marco inicial.

Art. 3º. Fica excluída da terra indígena, a área de terras descrita no art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 84.828, de 23 de junho de 1980, que dispõe sobre a intervenção destinada à instalação do Pelotão de Fronteira pelo Ministério do Exército.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de outubro de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR  
Jarbas Passarinho

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------